



29 DE NOVEMBRO DE 2018

Quinta-feira

- CONFIANÇA NA INDÚSTRIA AVANÇA 0,2 PONTO EM NOVEMBRO ANTE OUTUBRO, REVELA FGV
- CONFIANÇA DOS SERVIÇOS ATINGE MAIOR NÍVEL DESDE 2014 E, DA INDÚSTRIA, TEM PRIMEIRA ALTA DESDE MAIO
- INADIMPLÊNCIA DAS EMPRESAS CRESCE 7,3% EM OUTUBRO
- EMPRESÁRIOS PEDEM A BOLSONARO MAIS VERBA PARA COMPRA DE TRATORES
- VOTORANTIM, GERDAU E TIGRE NOVA EMPRESA DE FIDELIDADE
- RECUPERAÇÃO DA BR-319 REDUZIRIA EM CINCO VEZES O TEMPO DE TRANSPORTE DE MERCADORIAS NA REGIÃO NORTE
- COINFRA REÚNE ENTIDADES PARA DISCUTIR AGENDA DO SETOR ELÉTRICO
- BC MUDA REGRA E TAXA DE CÂMBIO PARA CARTÃO DE CRÉDITO NO EXTERIOR SERÁ A DO DIA DO GASTO
- BRASIL VOLTA À LISTA DE APOSTAS GLOBAIS DO CREDIT SUISSE
- FMI VÊ PERDA DE FÔLEGO NA ECONOMIA GLOBAL
- DESEMPREGO RECUA PELO 7º MÊS SEGUIDO, MAS AINDA ATINGE 12,4 MILHÕES DE PESSOAS, DIZ IBGE
- TERMINA NA SEXTA-FEIRA O PRAZO PARA PAGAMENTO DA 1ª PARCELA DO 13º SALÁRIO
- DÓLAR OPERA EM ALTA COM EXTERIOR E NOVA ATUAÇÃO DO BC
- IGP-M CAI 0,49% EM NOVEMBRO APÓS ALTA DE 0,89% EM OUTUBRO
- TRUMP ESTUDA TARIFAS SOBRE IMPORTAÇÃO DE VEÍCULOS NOS EUA APÓS REESTRUTURAÇÃO NA GM
- AVANÇO DE CARRO ELÉTRICO NÃO VAI MATAR A INDÚSTRIA DE PETRÓLEO, DIZ BP
- BMW MOSTRA CARRO SUJO E NOVO JIPÃO DE LUXO NO SALÃO DO AUTOMÓVEL DE LOS ANGELES

- [VOLVO MONTA ESTANDE SEM CARROS NO SALÃO DO AUTOMÓVEL DE LOS ANGELES](#)
- [KOMBI DO FUTURO É EXIBIDA AO LADO DE ANTIGA NO SALÃO DO AUTOMÓVEL DE LOS ANGELES](#)
- [TOYOTA APRESENTA NOVA GERAÇÃO DO COROLLA NO SALÃO DE LOS ANGELES](#)
- [LINCOLN APRESENTA UTILITÁRIO DE ALTO LUXO NO SALÃO DO AUTOMÓVEL DE LOS ANGELES](#)
- [PREÇO DE COMERCIALIZAÇÃO DO DIESEL PERMITE FIM DE SUBSÍDIO, DIZ ASSOCIAÇÃO](#)
- [PARA EXECUTIVO DA BP, RENOVABIO MELHORA AMBIENTE DE NEGÓCIOS](#)
- [NISSAN FOGE DE PERGUNTAS SOBRE GHOSN NO SALÃO DO AUTOMÓVEL DE LOS ANGELES](#)
- [GRUPO BMW RECEBE CERTIFICAÇÃO POR USAR ENERGIA RENOVÁVEL](#)
- [AUTOPEÇAS ACUMULAM DÉFICIT DE US\\$ 5,2 BILHÕES ATÉ OUTUBRO](#)

CÂMBIO		
EM 29/11/2018		
	Compra	Venda
Dólar	3,852	3,852
Euro	4,384	4,386

Fonte: BACEN

Confiança na indústria avança 0,2 ponto em novembro ante outubro, revela FGV

29/11/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 28-11-2018)

A confiança da indústria interrompeu, em novembro, uma sequência de três baixas seguidas e registrou uma pequena variação positiva. Segundo a Fundação Getulio Vargas (FGV), o Índice de Confiança da Indústria (ICI) teve um leve avanço de 0,2 ponto porcentual em novembro na comparação com outubro, para 94,3 pontos.

O resultado, informado nesta quinta-feira, 29, é a primeira alta desde maio último. No mês passado o indicador havia mostrado uma queda de 2 pontos, para 94,1 pontos.

“A melhora da confiança em novembro, disseminada por quase 75% dos segmentos industriais, reflete a redução da incerteza com o fim do período eleitoral e sinaliza início da retomada da tendência de alta interrompida no segundo trimestre do ano, que se confirmará com as primeiras medidas do novo governo a partir do início do ano que vem”, afirma em nota Andressa Durão, coordenadora da Sondagem da Indústria da FGV IBRE.

Situação Atual

Após três meses de quedas consecutivas, o Índice da Situação Atual (ISA) avançou 1,3 ponto para 94,2 pontos, em novembro. Já o Índice de Expectativas (IE) permanece em queda, ao recuar 1,0 ponto, para 94,5 pontos, o menor desde julho de 2017 (94,1 pontos). O movimento de alta do ISA foi resultado de uma melhora de 11 dos 19 segmentos pesquisados. Nas expectativas, a queda foi concentrada em 6 dos 19 segmentos. Em termos agregados, houve alta da confiança em 14 dos 19 segmentos industriais pesquisados.

Os indicadores que avaliam a situação atual dos negócios e o nível de demanda atual foram as principais influências no avanço do ISA em novembro, ambos com aumento de 2,0 pontos. O percentual de empresas avaliando a situação atual como boa permaneceu estável em 11,8%; já o percentual avaliando como ruim caiu de 24,9% para 20,0%.

No indicador de nível demanda, houve queda da parcela das empresas que o avaliam como forte, de 7,9% para 7,7%, e também da parcela das que o avaliam como fraco, em maior magnitude, de 26,3% para 22,9% do total.

As expectativas dos empresários sobre a produção nos próximos três meses exerceram a principal influência para a queda do IE no mês. O indicador caiu 5,5 pontos, para 87,5 pontos, menor nível desde maio de 2016 (80,1 pontos) e acumula uma perda de 20,8 pontos nos últimos quatro meses. O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) recuou 1,2 ponto percentual em novembro, para 75,2%, o menor nível desde janeiro.

Confiança dos serviços atinge maior nível desde 2014 e, da indústria, tem primeira alta desde maio

29/11/2018 – Fonte: G1

Avanço da confiança está ligado à melhora das expectativas empresariais que parece refletir os efeitos do resultado do processo eleitoral.

O índice da Fundação Getúlio Vargas (FGV) que mede a confiança do setor de serviços registrou em novembro o maior nível desde abril de 2014. A alta foi de 5,1 pontos, ao passar de 88,3 para 93,4 pontos.

Já a confiança da indústria avançou 0,2 ponto em novembro de 2018, para 94,3 pontos, primeira alta desde maio de 2018.

Serviços

De acordo com Silvio Sales, consultor da FGV IBRE, o avanço da confiança dos serviços está ligado à melhora das expectativas empresariais que parece refletir os efeitos do resultado do processo eleitoral.

Mesmo com a melhora no ânimo das empresas, os indicadores de confiança permanecem na faixa abaixo dos 100 pontos, o que significa predomínio de respostas negativas sobre o ambiente de negócios.

"A confirmação da melhora na curva de confiança do setor estará, provavelmente, condicionada ao andamento do processo de transição para o novo governo", analisa.

A alta do índice atingiu 85% das 13 principais atividades pesquisadas. O Índice de Expectativas avançou 8,3 pontos em novembro, para 99,4 pontos, maior nível desde de fevereiro de 2014 (99,9 pontos). Essa alta foi a maior na margem desde o início da série histórica da pesquisa, em junho de 2008.

O Índice da Situação Atual subiu para 87,7 pontos, maior nível desde outubro de 2014 (88,3 pontos).

O percentual de empresas que informaram planejar cortes de pessoal nos próximos três meses apresentou o menor nível desde setembro de 2014. Segundo a FGV, a súbita elevação das expectativas parece estar associada à redução da incerteza que marcou o período pré-eleitoral, mas é preciso aguardar a evolução dos indicadores nos próximos meses, principalmente a partir do início de 2019, para confirmar a sustentabilidade dessa leitura favorável sobre o ambiente de negócios apresentada em novembro.

Indústria

Segundo Andressa Durão, coordenadora da Sondagem da Indústria da FGV IBRE, a melhora da confiança na indústria foi disseminada por 75% dos segmentos industriais e reflete a redução da incerteza com o fim do período eleitoral e início da retomada da tendência de alta interrompida no segundo trimestre do ano. "Isso se confirmará com as primeiras medidas do novo governo a partir do início do ano que vem", afirma.

Houve alta da confiança em 14 dos 19 segmentos industriais pesquisados. Após três meses de quedas consecutivas, o Índice da Situação Atual avançou 1,3 ponto para 94,2 pontos, em novembro. Já o Índice de Expectativas permanece em queda, ao recuar 1 ponto, para 94,5 pontos, o menor desde julho de 2017 (94,1 pontos).

Nesse caso, as expectativas dos empresários sobre a produção nos próximos três meses exerceram a principal influência para a queda - o indicador teve o menor nível desde maio de 2016 e acumula perda de 20,8 pontos nos últimos quatro meses.

Inadimplência das empresas cresce 7,3% em outubro

29/11/2018 – Fonte: Agência Brasil

Um levantamento feito pela Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) revela que o número de empresas inadimplentes cresceu 7,3% no mês de outubro em comparação com o mesmo período do ano passado.

De acordo com o estudo, trata-se da menor expansão desde fevereiro de 2018, quando o avanço havia sido de 6,7%. Em setembro, o aumento de empresas com o nome sujo foi 9,4%.

Em uma análise regional, a alta foi puxada pelo Sudeste, que registrou aumento de 15,2% no número de empresas inadimplentes na comparação anual. Nas demais regiões, as altas registradas foram: 2,54% no Sul, 1,8% no Centro-Oeste e 1% no Nordeste. A única região a apresentar queda na inadimplência de empresas foi o Norte (-0,3%).

A pesquisa revela ainda que o número de empresas que conseguiram quitar suas dívidas no acumulado de um ano apresentou alta de 7,95%; maior que os 3% observado em setembro deste ano.

No levantamento do número de empresas devedoras por ramo da economia foi constatado que o setor de serviços obteve a maior alta no mês de outubro, de 11,1%. Na sequência destacam-se o segmento de comércio (5%), seguido pela indústria (3,6%). A agricultura apresentou queda no índice (-1,5%).

Já a análise por setor credor – ou seja, para quem as empresas estão devendo – revela que o número de pendências ao setor de serviços foi o que mais cresceu na comparação anual, com alta de 6,3%. Na sequência estão a indústria (3,8%) e o comércio (1,3%). As dívidas com o setor de agricultura caíram 1% na variação anual.

O Indicador de Inadimplência das Empresas agrupa todas as informações disponíveis nas bases de dados da CNDL e do SPC Brasil. As informações disponíveis referem-se a capitais e interior das 27 unidades da federação.

Empresários pedem a Bolsonaro mais verba para compra de tratores

29/11/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 28-11-2018)

Programa banca taxas de juros menores para financiamento de tratores

Empresários do setor de máquinas procuraram a equipe do presidente eleito, Jair Bolsonaro, para demonstrar preocupação com os valores reservados para subsidiar a compra de tratores.

Por meio do programa Moderfrota, o governo federal banca taxas de juros mais baixas para o financiamento de tratores para produtores agrícolas. Os recursos entram no Orçamento como subsídios.

As taxas para produtores com faturamento de R\$ 90 milhões por ano são de 7,5% ao ano. Para os maiores, a taxa é de 9,5% ao ano. A taxa é tabelada pelo governo.



Governo federal banca taxas de juros mais baixas para o financiamento de tratores para produtores agrícolas - Adriano Vizoni - 9.MAR.18/Folhapress

Na safra atual (2017-2018), o governo reservou R\$ 8,9 bilhões para bancar o subsídio. A demanda, segundo João Marquesan, presidente do conselho de administração da Abimaq (associação que reúne fabricantes de máquinas e equipamentos), superou a expectativa e cresceu 58% em relação à safra passada.

Com isso, o setor prevê que a disponibilidade de recursos acaba antes de março, quando começam as grandes feiras do setor voltadas à venda de máquinas agrícolas. Marquesan levou o problema à futura ministra da Agricultura, Tereza Cristina, nesta quarta-feira (28), no gabinete de transição, no CCBB. Na segunda (26), ele disse que informou o futuro ministro da economia, Paulo Guedes. "Esperamos que seja feito um remanejamento de verbas de outras áreas para este programa", afirmou o empresário.

Ele comentou ainda a fusão dos ministérios da Indústria e da Fazenda, alvo de críticas de parte do setor produtivo.

Marquesan afirmou que não vê problemas na junção e que ficou satisfeito com a promessa de Guedes aos empresários, de pretende reduzir o peso da carga tributária e dos juros sobre o produtor brasileiro.

Votorantim, Gerdau e Tigre nova empresa de fidelidade

29/11/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 28-11-2018)

A Votorantim Cimentos, a Gerdau e o Grupo Tigre anunciaram nesta quarta-feira, 28, a criação de uma nova empresa para gerir e promover um programa de fidelidade no varejo de materiais de construção civil no Brasil, a Juntos Somos Mais. O programa de fidelidade será voltado a lojistas e profissionais de vendas e de obras. Na compra de materiais de construção, esse público poderá se cadastrar e acumular pontos para troca por equipamentos, ferramentas, cursos e serviços diversos em uma plataforma online que conta com 14 companhias parceiras, como Vedacit, Eternit, Suvinil e Bosch, entre outras.

A nova empresa é um desdobramento do programa de fidelidade criado internamente na Votorantim Cimentos em 2014 e que cresceu nos últimos anos. "Nesse período, ele se tornou o

maior programa de fidelidade no varejo de construção, com 40 mil lojistas já cadastrados e mais de 100 mil profissionais”, afirmou o presidente da Votorantim Cimentos, Walter Dissinger, durante apresentação da nova empresa à imprensa. “O crescimento do programa entre 2014 e 2017 o levou a dar um próximo passo. Estamos vemos agora a criação de um novo negócio de fidelidade”, completou.

O presidente da Juntos Somos Mais, Antônio Serrano, observou que todos os itens disponíveis para resgate têm o objetivo de desenvolver e capacitar os agentes da cadeia varejista de materiais de construção, que é formado, principalmente, por lojistas de pequeno e médio porte, além de pedreiros, pintores, encanadores e profissionais sem os devidos cursos técnicos de aperfeiçoamento. “Para as lojas, os resgates poderão ser de empilhadeiras ou computadores, por exemplo. Para os profissionais, há cursos de gestão, vendas, técnicas de obras e ferramentas”, comentou.

A Votorantim Cimentos é a principal sócia do negócio, com participação de 47%, enquanto Gerdau e Tigre ficaram com fatias de 27,5%, cada. A expectativa é de um faturamento superior a R\$ 50 milhões no primeiro ano, com tendência de crescimento, embora o montante ainda seja pequeno perto das receitas volumosas de cada uma das sócias. “O principal foco é aproximar as empresas dos lojistas e criar um relacionamento com os profissionais da obra”, salientou Serrano.

A Juntos Somos Mais terá abrangência nacional e buscará expandir suas operações no curto a médio prazo. Nos próximos seis meses, a expectativa é de elevar de 14 para 20 a quantidade de empresas parceiras. E em quatro anos, o grupo quer elevar seu público de 40 mil para 100 mil lojistas, além de ultrapassar o número de 2 milhões de profissionais cadastrados. Para isso, serão investidos R\$ 50 milhões, em dois anos, em marketing para atração de clientes e tecnologia no desenvolvimento da plataforma online.

Varejo de materiais

O novo negócio está nascendo em um momento em que o mercado de materiais de construção está em fase de crescimento, apontaram os empresários. O presidente da Gerdau, Gustavo Werneck, disse que tem expectativa de retomada do crescimento da economia nacional no próximo ano, o que deverá beneficiar o setor de construção. Essa melhora deve ser vista mais rapidamente nas vendas de materiais no varejo, voltadas para pequenas obras e reformas domésticas.

Na sequência, virá a retomada de obras residenciais por parte das construtoras, que já vêm lançando mais empreendimentos. E no médio a longo prazo, projetos públicos de infraestrutura. “Vemos o Brasil de forma positiva, com retomada da economia a partir do próximo ano. Mas a recuperação da construção se dará em velocidades diferentes em cada setor”, ponderou.

“O setor da construção civil talvez tenha sido o mais afetado da economia brasileira nos últimos quatro anos. Mas neste ano, já observamos uma inflexão”, complementou o presidente do Grupo Tigre, Otto Von Sothen, referindo-se à melhora das vendas de materiais para o varejo quanto para as obras de construtoras.

Segundo o executivo, essa tendência deve se acentuar no ano que vem, e a companhia prevê ampliar entre 3% a 4% os volumes de materiais expedidos e elevar em 10% a 11% o faturamento graças a uma melhora das vendas no mercado interno, além de exportações.

Na mesma linha, o presidente da Votorantim Cimentos, Walter Dissinger, também disse acreditar em melhora do mercado em 2019. “O setor de cimento acumula queda de 26% nos últimos quatro anos. “Estamos esperando, sim, uma mudança, e um novo ciclo de crescimento”, afirmou. A projeção, segundo ele, é de crescimento do mercado de cimento na ordem de 3% a 4% em 2019, especialmente a partir do segundo semestre. Ele ponderou, entretanto, que o setor produtivo está no aguardo da implantação das esperadas reformas estruturais – previdenciária e tributária – por parte do governo federal, o que será vital para destravar investimentos.

O diretor presidente da Eternit, Luis Augusto Barbosa, ainda lembrou que o Produto Interno Bruto (PIB) do setor da construção historicamente registra altas em torno de 1 a 2 pontos percentuais acima do desempenho do PIB nacional, o que indica uma melhora do mercado no ano que vem.

“Nesse cenário esperado de retomada das obras, as vendas de materiais vão se beneficiar. Primeiro, os vendedores de produtos básicos. Depois, os de acabamento”, pontuou. A companhia atravessa recuperação judicial e fará assembleia juntos aos credores em janeiro visando a aprovação de seu plano de equalização das dívidas de R\$ 245 milhões. “Estamos confiantes de que iremos aprovar o plano”, comentou Barbosa.

Recuperação da BR-319 reduziria em cinco vezes o tempo de transporte de mercadorias na região Norte

29/11/2018 – Fonte: CNI (publicado em 28-11-2018)



Antonio Silva (esq): "O tempo de transporte de mercadorias para o Amazonas, que é de até 25 dias, pode ser reduzido para cinco com a reforma da rodovia"

Há 20 anos o Brasil é refém da falta de licenciamento ambiental para a obra da BR-319. A afirmação é do presidente do Conselho Temático de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Confederação Nacional da Indústria (COEMAS), Marcelo Thomé.

“Um investimento dessa natureza impacta toda a sociedade e precisa ser tratado de forma estratégica. No Brasil, projetos como esse devem ter atenção especial dos órgãos do governo e não podem ter o mesmo tratamento de um investimento de menor escala”, ressaltou Marcelo. Ele participou, nesta quarta-feira (28), da 109ª reunião do COEMAS, na sede da CNI, em Brasília. O evento reuniu representantes de órgãos do governo federal, de associações de setores da indústria e de consultorias especializadas em infraestrutura.

A BR-319, que liga o estado de Rondônia ao Amazonas, no Norte do país, tem uma extensão de 867 km. Desse total, apenas 400km têm asfalto. A rodovia sofreu muito desgaste desde que foi inaugurada, em 1976, e nunca passou por recuperação, segundo Marcelo Thomé.

“Há 12 anos a licença ambiental é negada ao DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes). Além da importância econômica da rodovia, ela conecta uma região que tem fronteira com a Venezuela e que é estratégica para o deslocamento de tropas e de material bélico para a defesa nacional. Por isso, esse tema também será tratado pelo Conselho Temático da Indústria e da Defesa (ConDefesa) da CNI”, explicou.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM), Antonio Silva, também destacou a importância da BR-319 para o escoamento da produção da Zona Franca de Manaus e de insumos básicos.

“Os estados do Amazonas e de Roraima produzem poucos alimentos e compram tudo isso de fora. O tempo de transporte de mercadorias para o Amazonas, que é de até 25 dias, pode ser reduzido para cinco com a reforma da rodovia. Isso tem um impacto imediato na qualidade dos produtos, no preço, na garantia do abastecimento para a população e para a indústria local”, destacou Silva.

O representante da coordenação geral de meio ambiente do DNIT, Marcos Gabriel Fróes, explica que as obras de recuperação da rodovia devem começar em 2020, caso todas as autorizações do IBAMA e da FUNAI sejam concedidas.

“O DNIT já encaminhou ofício ao IBAMA para o órgão realizar o levantamento de informações ambientais que faltam, em janeiro. Estamos combrando da FUNAI (Fundação Nacional do Índio)

que retire duas de cinco terras indígenas de nossos estudos, porque as duas ficam fora do raio de 40km da rodovia e não sofreriam impacto com a obra para agilizar o processo”, explicou Marcos.

COINFRA reúne entidades para discutir agenda do setor elétrico

29/11/2018 – Fonte: CNI (publicado em 28-11-2018)

COINFRA reúne entidades para discutir agenda do setor elétrico

Em sua última reunião de 2018, conselho temático debateu oportunidades de reforma do setor elétrico, necessidade de melhorar segurança jurídica para investimentos e aprimorar Lei Geral do Gás



Presidente do COINFRA, Olavo Machado (C): propostas devem ser apresentadas e prioridades precisam ser indicadas

A segurança do sistema elétrico e o alto custo da energia para o consumidor brasileiro têm sido entraves para o crescimento sustentado da economia brasileira. Para debater as prioridades e as medidas que precisam ser tomadas, o Conselho Temático de Infraestrutura (COINFRA) da Confederação Nacional da Indústria (CNI) reuniu, na quarta-feira (28), especialistas e representantes de entidades do setor num debate que analisou o cenário político e regulatório e as oportunidades de promover as mudanças necessárias.

O conselho reuniu executivos e representantes da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB), da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (ABRACEEL), da Associação Brasileira de Grandes Consumidores de Energia (ABRACE), da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE), do Fórum das Associações do Setor Elétrico (FASE), da Associações dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine), da Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica (ABCE) e da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE).

Dentre as prioridades na agenda para o próximo governo, estão propostas em discussão no Congresso Nacional que reestruturam o setor, de forma a torná-lo mais competitivo e remover parte das distorções e ineficiências existentes hoje e o peso dos tributos sobre as tarifas de energia.

“É evidente que não vamos conseguir resolver todos os problemas em curto prazo e na velocidade que gostaríamos. O importante é levarmos as propostas ao novo governo e apontarmos o que é prioritário”, disse o presidente do COINFRA, Olavo Machado Junior.

INVESTIMENTOS – Presidente da ABDIB, Venilton Tadini chamou atenção para a limitada capacidade de investimento do governo federal, sobretudo pelo engessamento do Orçamento Geral da União (OGU). Ele avalia que, a solução para os atrasos ainda deve demorar, por mais que haja aumento na participação privada em projetos estruturantes. “Conseguimos fazer aeroportos, linhas de transmissão, blocos de petróleo. Mas é preciso restaurar a capacidade de planejamento médio e longo prazo do Estado”, observou.

Presidente-executivo da ABRACEEL, Reginaldo Medeiros falou da importância de aprovação de dois projetos de lei em discussão no Congresso Nacional (PL 1917/2015 e PLS 232/2016), que tratam da reforma do setor elétrico. Ele aponta, como um dos benefícios dos projetos, o aumento da competição no mercado, o que contribuirá para dar mais eficiência ao setor e frisou a importância

de aprovação rápida das propostas. “Trará custo menor para todo o insumo (energia elétrica) para todo o setor industrial”, disse.



Presidente da ABRACE (C), Edvaldo Santana considera que principal problema do setor elétrica é governança

Os especialistas também falaram na Nova Lei do Gás e da importância de o marco ser aprovado de forma a criar um ambiente de estímulo a novos investimentos e maior concorrência. “Temos de viabilizar a rede e a canalização de gás para todo país, de maneira que todos possam aproveitar”, afirmou Djalma Moraes, consultor da CNI.

“É fundamental fazer a expansão da rede de distribuição e assegurar o livre acesso à rede. Precisamos aproveitar o gás o mais rápido possível e permitir a conexão entre as redes de gasodutos”, acrescentou José da Costa Neto, também consultor da CNI.

SEGURANÇA E ESTABILIDADE – A necessidade de melhorar o grau de segurança jurídica e de se contar com regras mais estáveis foi outro fator destacado como desafio a ser superado na agenda do setor elétrico.

“O primeiro grave problema do setor elétrico é de governança, pelo excesso de intervenção, que deixou o setor vulnerável e irracional. As discussões deixaram de ser técnicas”, analisou Edvaldo Santana, presidente da ABRACE.

Diretor presidente da ABCE, Alexei Macorin Vivan relatou casos de mudanças repentinas nas regras para as empresas, sem aviso prévio ou análise do impacto para o setor. “É preciso observar a estabilidade regulatória. Ninguém é contra a mudança de regras, mas é preciso analisar e discutir, avaliar impactos, realizar discussões. A melhor forma de chegarmos à modicidade tarifária é reduzirmos o risco do investimento”, disse.

Para o presidente do FASE, Mário Menel, a matriz energética brasileira é sustentável tanto do ponto de vista social quanto do ambiental. No entanto, não o é do ponto de vista econômico, em face da capacidade reduzida da capacidade de pagamento da sociedade. Ele aponta algumas distorções, como a dependência do estado de Roraima, por não estar interligada ao sistema nacional, da energia produzida na Venezuela.

“Um ano do custo de atendimento à população do estado pagaria o investimento da linha de transmissão. Não faz sentido algum do ponto de vista da racionalidade econômica ficar como está”, argumentou.

O presidente da ABRADEE, Nelson Fonseca Leite, analisou a composição da tarifa de energia brasileira, num comparativo internacional, no qual apontou que o peso de encargos e tributos é o principal responsável pela perda de competitividade no preço do insumo.

“Não tem sentido em se falar de modicidade tarifária sem se falar em modicidade tributária. Precisamos discutir os penduricalhos na conta de luz”, afirmou.

BC muda regra e taxa de câmbio para cartão de crédito no exterior será a do dia do gasto

29/11/2018 – Fonte: G1 (publicado em 28-11-2018)

Atualmente, a taxa de câmbio cobrada pelos bancos é aquela do dia do pagamento da fatura. Presidente do BC, Ilan Goldfajn, explica que a nova regra ainda será regulamentada.



O presidente do Banco Central (BC), Ilan Goldfajn, anunciou nesta quarta-feira (28) que a taxa de câmbio que será utilizada para gastos em cartão de crédito no exterior passará a ser aquela do dia em que houver a despesa.

Atualmente, os bancos cobram a taxa de câmbio vigente no dia do pagamento da fatura. Segundo o presidente do BC, essa nova regra, porém, ainda demorará "um tempo" para ser regulamentada, de modo que as instituições financeiras também possam alterar seus sistemas de cartões de crédito. A circular divulgada pelo BC prevê que a obrigatoriedade entre em vigor em março de 2020.

"Hoje, estamos anunciando uma norma que foi aprovada ontem sobre a taxa de câmbio no cartão de crédito. Normalmente, compra no dia e a taxa de câmbio que paga é a do dia de vencimento da fatura. Às vezes, o que ocorre é que o que compra não é o que paga. Pois o câmbio se deprecia [dólar sobe]. O que estamos instituindo agora é que, a taxa terá de ser do dia que comprou. Isso está se tornando obrigatório [a oferta desse serviço]", explicou ele.

Permitida pelo BC desde o final de 2016, opção de travar cotação do dólar em compras e pagar fatura com o câmbio do dia de cada transação só é oferecida pela Caixa.

Segundo Goldfajn, um cliente pode efetuar uma compra, pela regra que está em vigor atualmente, com o dólar mais baixo, por exemplo, a R\$ 3,50, e, na hora de pagar a fatura, a moeda norte-americana pode estar mais cara, o que gera um custo adicional para os consumidores.

Ele explicou que, com a nova norma, haverá maior previsibilidade nessas compras no exterior, pois o cliente já saberá, no momento do pagamento, a taxa de câmbio que será cobrada em sua fatura. "Isso está se tornando obrigatório. Se quiser pagar [a taxa] do dia da fatura, pode negociar com o banco. Isso vai levar um tempo para mudar o sistema do cartão de crédito dos bancos, mas depois vai começar a valer. Muitos já oferecem esse serviço. Consumidor já pode ir procurando cartões com a taxa de câmbio do dia", concluiu o presidente do BC.

De acordo com o BC, a medida "aumenta transparência e a comparabilidade na prestação do serviço, padronizando as informações sobre o histórico das taxas de conversão nas faturas e terão que ser divulgadas em formato de dados abertos, de forma que rankings de taxas possam ser estruturados e divulgados".

Acrescentou ainda que a fatura terá que apresentar, além da identificação da moeda, a discriminação de cada gasto na moeda em que foi realizado e o seu valor equivalente em reais, as seguintes informações adicionais: data, valor equivalente em dólares (quando a moeda usada na compra for diferente de dólar) e a taxa de conversão do dólar para o real.

Brasil volta à lista de apostas globais do Credit Suisse

29/11/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 28-11-2018)

Os mercados emergentes estão entre os principais destinos de investimento do Credit Suisse para 2019 e o Brasil – após anos de ausência – entrou nessa lista de apostas do banco suíço. “Há muito tempo, a gente não tinha uma locação (de recursos) tão pró-cíclica em Brasil”, disse Sylvio Castro, chefe de investimentos do Credit no País. “Estamos mais otimistas com o Brasil do que estávamos pelo menos nos últimos cinco anos”, destacou.

Em relatório global sobre as perspectivas de investimentos para 2019, publicado nesta semana, o banco cita o real como uma das moedas atraentes para se investir e aponta que o dólar não deve permanecer tão forte como em 2018.

O fato de o Brasil ser um dos poucos mercados cujo Produto Interno Bruto (PIB) deverá crescer mais em 2019 do que em 2018 é um dos motivos que levaram o País a ganhar destaque – apesar de o próprio banco ponderar que a economia brasileira deverá continuar fraca no próximo ano. “Globalmente, deve haver moderação (no crescimento) em 2019, mas o Brasil é uma das raríssimas exceções em que esperamos aceleração”, afirmou Castro.

Pesa também a favor do Brasil – e dos emergentes, em geral – o preço de seus ativos. As ações nas Bolsas, por exemplo, estão em um patamar considerado baixo quando comparadas aos papéis negociados nos Estados Unidos, explica o economista. A desalavancagem das empresas nesses mercados é outra mudança vista como positiva pelo banco.

O relatório do Credit afirma ainda que as fragilidades dos emergentes são “bastante limitadas”, apesar de alguns países, principalmente Argentina, Turquia e África do Sul serem dependentes de poupança externa, o que “deve ser encarado como um sinal de alerta”. Os desequilíbrios externos do Brasil – e do México e da Indonésia – são “menos sérios”, destaca o documento do banco.

Reformas

Esse cenário global deve fazer com que investidores estrangeiros ampliem seus aportes no Brasil a partir do próximo ano, principalmente se a reforma da Previdência avançar. “Nós, locais, somos os primeiros a comprar (investir no Brasil) porque as figuras que estão compondo o governo nos são familiares. Não temos dúvida de que essas figuras acreditam nas reformas”, disse.

Segundo Castro, os próximos a aumentarem os aportes no mercado financeiro brasileiro são os investidores institucionais locais, como fundos de pensão, e posteriormente os estrangeiros. “Esses vão esperar pelo menos que se encaminhe a discussão da reforma no Congresso, o que deve ocorrer depois de março.”

Castro afirmou que a desconfiança do estrangeiro em relação ao Brasil é normal, principalmente após o investidor ter se decepcionado em países como a Argentina, onde o presidente Mauricio Macri, de centro-direita, foi eleito com uma agenda reformista, mas acabou não entregando tudo o que havia prometido.

O economista diz ainda que é a primeira vez em que está dando um caráter “empreendedor” à carteira de investimentos do banco no País. Até então, o perfil era mais “rentista”. De acordo com ele, isso ocorre porque o PIB brasileiro deve se expandir com tendo os fundamentos macroeconômicos organizados.

“Antes, o País acabava fechando as contas tributando quem gerava renda e riqueza, porque é mais fácil tributar a grande empresa. O acionista olhava isso, analisava que o retorno esperado era relativamente baixo em relação à renda fixa e com volatilidade maior. Agora é um dos poucos momentos em que vemos a Bolsa negociando a dez vezes o lucro.”

FMI vê perda de fôlego na economia global

29/11/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 28-11-2018)

O Fundo Monetário Internacional (FMI) vai alertar os principais líderes globais durante a reunião do G-20 em Buenos Aires, que começa nesta sexta-feira, 30, que o crescimento da economia mundial prossegue, mas se tornou mais desigual.

Há sinais de que a expansão pode estar ficando mais moderada e a atividade mundial pode perder fôlego mais rapidamente que o previsto, de acordo com documento preparatório para o encontro divulgado nesta quarta-feira, 28.

O texto afirma que os riscos de piora da atividade mundial cresceram e fala da “necessidade urgente” de se reduzir as tensões comerciais no planeta. Indicadores recentes da atividade econômica mundial, ressalta o FMI, surpreenderam negativamente, sugerindo que a desaceleração da atividade pode se dar de forma mais rápida que o esperado, tanto nos países desenvolvidos como nos emergentes, na medida em que cresceram as tensões comerciais no planeta e as condições financeiras ficaram mais apertadas.

Países como Alemanha, Itália e Japão estão crescendo menos que o esperado, enquanto os EUA seguem avançando em ritmo forte, observa o FMI. A China já teve de tomar medidas de flexibilização monetária e de estímulo da atividade para contornar os efeitos da tensão comercial com os EUA, segundo o documento. Nas últimas semanas, o mercado financeiro mundial tem mostrado momentos de estresse, por conta das renovadas preocupações dos investidores sobre os rumos da economia mundial.

“As condições financeiras nos países desenvolvidos ainda são acomodáticas, mas podem piorar abruptamente”, alerta o FMI ao falar de riscos para o cenário global. Uma das preocupações é a inflação se acelerar nos EUA por conta da política fiscal expansionista de Donald Trump, obrigando o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) a elevar os juros de forma mais rápida, o que aumentaria ainda mais a pressão nos mercados emergentes. O fortalecimento do dólar e a alta de juros no exterior já afetou muitos emergentes, sobretudo os mais vulneráveis, menciona o documento, citando a Argentina e a Turquia.

O documento do FMI alerta ainda que uma escalada adicional das tensões comerciais é um dos “riscos-chave” no cenário atual e pode deteriorar a confiança dos agentes na economia mundial e provocar “perda substancial” no Produto Interno Bruto (PIB) mundial. As incertezas sobre os rumos da saída do Reino Unido da União Europeia, o Brexit, também podem ter efeito similar na confiança e na atividade, ressalta o FMI.

E o Brasil

A possibilidade de que uma desaceleração da atividade global aconteça de forma mais rápida do que o esperado, pode jogar pressão no ajuste fiscal que deverá ser feito pelo próximo governo brasileiro.

A avaliação é de Christopher Garman, diretor para Américas da consultoria de risco político Eurasia. Segundo ele, durante períodos de contexto econômico global adverso, “as exigências de atacar gargalos macroeconômicos aumentam”.

“Traduzindo para o Brasil, uma grande questão é qual será o tamanho do ajuste fiscal necessário que o governo Bolsonaro terá de fazer. Talvez a tolerância do mercado perante um ajuste fiscal venha a diminuir e venha a apertar mais a tensão da composição desse ajuste”, afirmou Garman.

Ele destaca que o Brasil tem hoje necessidade de ajuste fiscal da ordem de 4% do Produto Interno Bruto (PIB). Mesmo uma reforma da Previdência “razoavelmente enxuta”, que não seja capaz de representar uma economia significativa para atacar de uma só vez os problemas de déficit público do Brasil, pode ser interpretada pelos mercados como um sinal positivo.

Desemprego recua pelo 7º mês seguido, mas ainda atinge 12,4 milhões de pessoas, diz IBGE

29/11/2018 – Fonte: G1

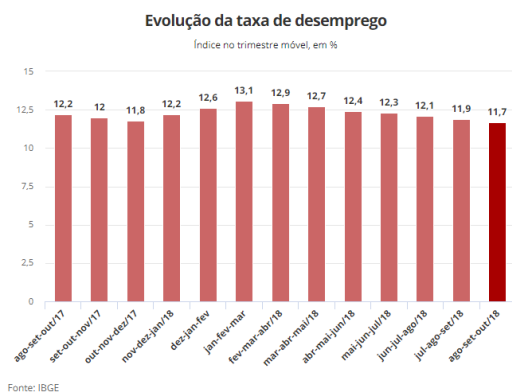
Taxa de desemprego cai para 11,7% no trimestre encerrado em outubro, puxada pelo aumento do trabalho sem carteira e por conta própria, que bateram recorde.
Por Darlan Alvarenga e Daniel Silveira, G1

A taxa de desemprego no Brasil caiu para 11,7% no trimestre encerrado em outubro, mas ainda atinge 12,4 milhões de brasileiros, segundo dados divulgados nesta quinta-feira (29) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Foi a sétima queda mensal seguida do desemprego no país e da taxa mais baixa desde o trimestre terminado em julho de 2016, quando foi de 11,6%. A queda foi puxada mais uma vez pelo aumento do número de trabalhadores sem carteira e por conta própria, que bateram recorde.

Em termos de contingente, o número de desempregos é o menor desde dezembro do ano passado, quando o país reunia 12,3 milhões de desocupados. Na comparação com o mesmo período do ano passado, o número de pessoas que procuram trabalho e não encontram caiu 3,1% (menos 389 mil pessoas).

Evolução da taxa de desemprego



A população ocupada e com rendimentos no país aumentou 1,4%, reunindo 92,9 milhões de brasileiros. Em 1 ano, cresceu 1,5%, o que representa 1,4 milhão de pessoas a mais.

“Essa notícia [queda na taxa de desocupação] seria bastante favorável não fossem os motivos que levaram essa taxa a cair e o tipo de ocupação que teve aumento. Emprego sem carteira e trabalho por conta própria, este sem CNPJ, o que demonstra a informalidade e a precarização do mercado de trabalho”, avaliou Cimar Azeredo, gerente da pesquisa do IBGE.

Trabalho sem carteira é o que mais cresce e bate recorde

Apesar do mercado de trabalho seguir em trajetória de recuperação, os dados do IBGE mostram que a queda do desemprego continua sendo puxada pelo aumento do trabalho informal e por conta própria.

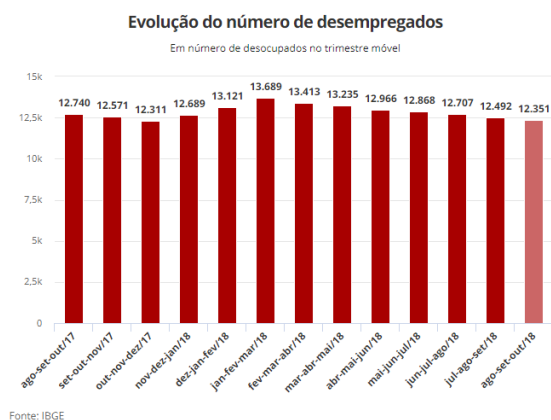
O número de empregados sem carteira assinada subiu 4,8% na comparação com o trimestre anterior, reunindo 11,6 milhões – o maior da série histórica da pesquisa, iniciada em 2012. Em 1 ano, o avanço é 5,9%, um adicional de 649 mil pessoas.

Já a categoria dos trabalhadores por conta própria também bateu recorde, reunindo 23,6 milhões de pessoas. A categoria cresceu 2,2% na comparação com o trimestre anterior (mais 497 mil pessoas) e 2,9% em relação ao mesmo trimestre de 2017 (mais 655 mil pessoas).

O número de trabalhadores com carteira assinada ficou estável em ambas as comparações, segundo o IBGE, somando 32,9 milhões de pessoas no trimestre encerrado em outubro.

Na semana passada, o Ministério do Trabalho informou que o **Brasil gerou em outubro 57,7 mil empregos com carteira assinada**, número abaixo ao registrado em outubro do ano passado (76.599). Na parcial do ano, foram gerados mais de 790 mil vagas formais no país.

Evolução do número de desempregados



Subocupação também é recorde

Segundo o IBGE, o número de subocupados por insuficiência de horas também registrou recorde na série histórica da pesquisa, chegando a 7 milhões em outubro. Na comparação com o trimestre anterior, quando já havia sido registrado recorde, aumentou em 418 mil o número de trabalhadores nesta condição.

De acordo com o IBGE, 27,2 milhões de brasileiros seguem subutilizados - 400 mil a menos que no trimestre imediatamente anterior, o que o instituto considera estabilidade. Já na comparação com o mesmo trimestre do ano passado, esse contingente aumentou em quase 700 mil pessoas (eram 26,6 milhões em outubro de 2017, um crescimento de 2,6%).

O grupo de trabalhadores subutilizados reúne os desempregados, aqueles que estão subocupados (menos de 40 horas semanais trabalhadas), os desalentados (que desistiram de procurar emprego) e os que poderiam estar ocupados, mas não trabalham por motivos diversos.

Falta emprego para 27,2 milhões

Veja quantos estavam na condição de subutilização no trimestre encerrado em outubro:

- **12,4 milhões de desempregados:** pessoas que não trabalham, mas procuraram empregos nos últimos 30 dias (no 2º trimestre, eram 13 milhões);
- **7 milhões de subocupados:** pessoas que trabalham menos de 40 horas por semana, mas gostariam de trabalhar mais (no 2º trimestre, eram 6,5 milhões);
- **8 milhões de pessoas que poderiam trabalhar, mas não trabalham** (força de trabalho potencial; no trimestre terminado em julho, eram 8,1 milhões): grupo que inclui **4,7 milhões de desalentados** (que desistiram de procurar emprego) e outras **3,3 milhões de pessoas que podem trabalhar, mas que não têm disponibilidade** por algum motivo, como mulheres que deixam o emprego para cuidar os filhos.

Termina na sexta-feira o prazo para pagamento da 1ª parcela do 13º salário

29/11/2018 – Fonte: G1

Esta primeira parte representa metade do salário que o funcionário ganha; 2ª parcela deve ser depositada até o dia 20 de dezembro.

Termina nesta sexta-feira (30) o prazo para que as empresas paguem aos seus funcionários o adiantamento da primeira parcela do 13º salário. A segunda parcela, por sua vez, precisa ser depositada na conta dos trabalhadores até o dia 20 de dezembro. Aqueles que pediram o

adiantamento do 13º nas férias, contudo, não recebem a primeira parcela agora (pois já receberam), apenas a segunda. A primeira parte representa metade do salário que o funcionário ganha.

O pagamento do 13º salário é feito com base no salário de dezembro, exceto no caso de empregados que recebem salários variáveis, por meio de comissões ou porcentagens – nesse caso, o 13º deve perfazer a média anual de salários. Cabe ao empregador a decisão de pagar em uma ou duas parcelas. No caso de ser apenas em uma única vez, o pagamento deve ser feito até esta sexta.

Caso o empregador não respeite o prazo do pagamento, será autuado por um auditor-fiscal do Ministério do Trabalho no momento em que houver fiscalização, o que gerará uma multa.

Quem não receber a primeira parcela até a data limite deve procurar as Superintendências do Trabalho ou as Gerências do Trabalho para fazer a reclamação. Outra opção é buscar orientação no sindicato de cada categoria.

O Imposto de Renda e o desconto do INSS incidem sobre o 13º salário. Os descontos ocorrem sobre o valor integral do 13º salário na segunda parcela. O FGTS é devido tanto na primeira como na segunda parcela.

O pagamento do 13º salário deve injetar R\$ 211,2 bilhões na economia, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). O número de pessoas com direito ao benefício soma 84,5 milhões, dos quais 57,6% são empregados formais (48,7 milhões de pessoas) e 42,4% (35,8 milhões) são aposentados e pensionistas da Previdência Social. O valor médio do 13º salário que será pago em 2018 é estimado em R\$ 2.320.

Quem tem direito

Têm direito ao 13º salário todos os trabalhadores do serviço público e da iniciativa privada, urbano ou rural, avulso e doméstico, além dos aposentados e pensionistas do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) – neste último caso, o pagamento da 2ª parcela começou no dia 26.

O 13º salário tem natureza de gratificação natalina e está previsto na Lei 4.749/1965. Todo trabalhador que atuou por 15 dias ou mais durante o ano e que não tenha sido demitido por justa causa tem direito à gratificação.

Os trabalhadores que possuem, por exemplo, menos de um ano na empresa têm direito ao 13º salário proporcional aos meses trabalhados por mais de 15 dias. Por exemplo, um empregado que trabalhou por seis meses e 15 dias deverá receber 7/12 de seu salário a título de 13º.

As horas extras e o adicional noturno geram reflexos no 13º salário e devem incidir na base de cálculo dessas verbas. Gorjetas e comissões também devem entrar na base de cálculo do 13º salário, assim como adicionais de insalubridade e de periculosidade. Já as diárias de viagem só influem na base de cálculo do 13º se excederem 50% do salário recebido pelo empregado.

As faltas não justificadas pelo empregado, ocorridas entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de cada ano, serão consideradas para desconto. Caso sejam superiores a 15 dias dentro do mesmo mês, o empregado perderá o direito a 1/12 do 13º salário.

O empregado afastado por motivo de auxílio-doença recebe o 13º salário proporcional da empresa até os primeiros 15 dias de afastamento. Já a partir do 16º dia, a responsabilidade do pagamento fica a cargo do INSS. Funcionárias em licença-maternidade também recebem 13º salário. Dessa forma, o empregador efetuará o pagamento integral e/ou proporcional (quando admitidas no decorrer do ano) do 13º salário.

O trabalhador temporário tem direito ao 13º salário proporcional aos meses trabalhados. O empregado despedido com justa causa não tem direito ao 13º salário proporcional. Se a rescisão do contrato for sem justa causa, o 13º deve ser pago de maneira proporcional, na base de 1/12 por mês, considerando-se como mês integral aquele que ultrapassar 15 dias de trabalho.

Os trabalhadores domésticos também recebem o 13º. Na segunda parcela, no pagamento dos outros 50% do salário, são acrescidas as médias das horas extras trabalhadas.

Para o cálculo, deve-se dividir o total de horas extras pelos meses trabalhados no ano para se chegar à média de horas mensal. Depois calcula-se o valor da hora extra trabalhada dividindo pela jornada mensal prevista em contrato. Como a lei prevê que é preciso pagar um adicional de 50% sobre o valor da hora extra trabalhada, é necessário multiplicar esse valor por 1,5.

Já o estagiário, como não é regido pela CLT e nem é considerado empregado, a lei que regula esse tipo de trabalho - 11.788/08 - não obriga o pagamento de 13º salário.

Dólar opera em alta com exterior e nova atuação do BC

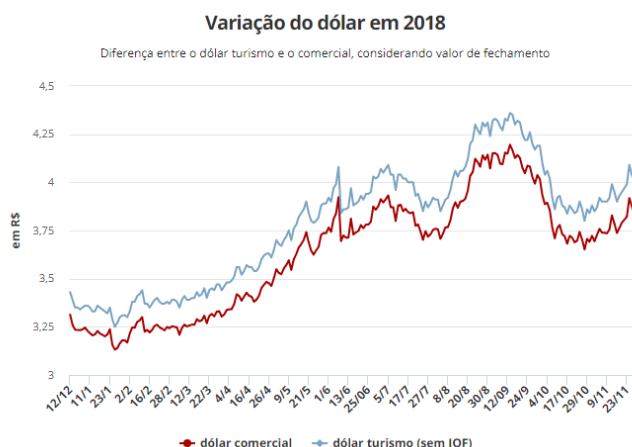
29/11/2018 – Fonte: G1

Na véspera, moeda dos EUA caiu 0,90%, cotada a R\$ 3,8413.

O dólar opera em alta nesta quinta-feira (29), após recuar frente a moedas emergentes na véspera, reagindo a declarações do chairman do Federal Reserve, Jerome Powell, e com nova atuação do Banco Central no câmbio.

Às 9h14, a moeda dos EUA avançava 0,31%, cotada a R\$ 3,8538. Veja mais cotações. A expectativa em relação ao encontro no G20 dos presidentes dos EUA, Donald Trump, e da China, Xi Jinping, no final de semana pode trazer cautela ao longo da sessão, segundo a Reuters.

Variação do dólar em 2018



O Banco Central realiza nesta sessão leilão de até 13,14 mil swaps cambiais tradicionais, equivalentes à venda futura de dólares para concluir a rolagem do vencimento de dezembro, no total de US\$ 12,217 bilhões.

A autoridade também realiza novo leilão de linha (venda com compromisso de recompra), desta vez para rolagem do total de US\$ 1,25 bilhão de dólares que vencem em 4 de dezembro.

Última sessão

O dólar fechou em queda na quarta-feira (28), sustentado pela nova atuação do Banco Central no mercado cambial e pelo discurso do presidente do Federal Reserve (Fed, banco central norte-americano), Jerome Powell, com indícios de que o ciclo de alta dos juros nos Estados Unidos pode ser mais suave.

A moeda dos EUA caiu 0,90%, cotada a R\$ 3,8413. Na mínima do dia, foi a R\$ 3,8323 e, na máxima, chegou a R\$ 3,8881. No acumulado no mês, o dólar acumula alta de 3,16%. No ano, o avanço é de 16,94%.

IGP-M cai 0,49% em novembro após alta de 0,89% em outubro

29/11/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 28-11-2018)

O Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) teve queda de 0,49% em novembro, interrompendo uma sequência de 15 meses em alta, relatou na manhã desta quinta-feira, 29, a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Em outubro, o IGP-M havia subido 0,89%. Assim, o indicador desacelerou tanto na comparação em 12 meses, indo a 9,68% após 10,79% em outubro, como no ano até novembro, acumulando 8,71%, ante 9,25% até outubro.

A deflação mensurada pelo IGP-M neste mês foi pouco maior que a mediana negativa obtida a partir das estimativas coletadas pelo **Projeções Broadcast**, de 0,46%. O resultado veio dentro do intervalo das 31 expectativas, que iam de queda de 0,59% a retração de 0,26%.

Entre os três indicadores que compõem o IGP-M, o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA-M) recuou 0,81% em novembro após alta de 1,11% em outubro. O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-M) desacelerou de 0,51% para 0,09% na margem. O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC-M) arrefeceu de 0,33% para 0,26% na mesma base de comparação.

IPAs

A queda de 0,49% do IGP-M em novembro foi influenciada principalmente pela taxa do Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) Agropecuário. O indicador saiu de uma alta de 0,29% em outubro para queda de 2,51% em novembro, segundo a FGV.

O IPA Industrial também foi ao terreno negativo, com queda de 0,24% após alta de 1,38% na mesma base de comparação. Em 12 meses, o indicador acumula alta de 13,48%, enquanto o IPA Agropecuário apresenta expansão de 9,30%.

Trump estuda tarifas sobre importação de veículos nos EUA após reestruturação na GM

29/11/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 28-11-2018)

Montadora anunciou na segunda-feira que vai fechar cinco fábricas na América do Norte

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, disse nesta quarta-feira (28) que tarifas de importação de veículos estão sendo estudadas, após a General Motors ter anunciado um plano para milhares de demissões e fechamento de fábricas no país.

Trump afirmou no Twitter que a tarifa de 25% sobre picapes importadas e vans comerciais produzidas em mercados fora da América do Norte, criada na década de 1960, há muito tempo tem impulsionado a produção de veículos dos EUA.



Presidente Donald Trump disse que tarifas de importação de veículos estão sendo estudadas - Associated Press

"Se fizermos isso nos carros que estão vindo, muitos carros a mais serão montados aqui", disse Trump. "E a GM não vai fechar suas fábricas em Ohio, Michigan e Maryland", acrescentou.

Os EUA atualmente têm uma tarifa de 2,5% sobre carros importados e utilitários esportivos de mercados fora da América do Norte e Coreia do Sul.

A GM não comentou diretamente os tuítes de Trump, mas reiterou que está comprometida em investir nos EUA. Na segunda-feira, a companhia afirmou que vai fechar cinco fábricas na América do Norte, parar de produzir seis veículos de passeio na região e eliminar 15 mil empregos.

"O presidente tem grande poder sobre esta questão. Por causa do caso da GM, isso está sendo estudado agora!", escreveu Trump.

Avanço de carro elétrico não vai matar a indústria de petróleo, diz BP

29/11/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 28-11-2018)

Estudo indica que demanda será maior do que em 2016, mesmo com rápido avanço de veículos sem combustão interna

O avanço dos [carros elétricos](#) não deve derrubar a demanda global por petróleo até 2040, segundo estudo anual produzido pela empresa britânica do setor de energia BP.

Segundo Spencer Dale, economista-chefe da companhia, essa demanda seria maior em 2040 do que em 2016 inclusive no cenário mais favorável aos veículos elétricos traçado no estudo, no qual eles formariam uma frota de 1 bilhão de carros em 2040.

Nesse caso, o uso dos carros elétricos seria responsável por uma redução de 10 milhões de litros de combustível líquido usados por dia.

Por outro lado, a demanda por petróleo seria mantida pela produção de matéria prima para produtos petroquímicos, especialmente para a indústria.

Segundo a BP, estão em circulação cerca de 3 milhões de carros elétricos, uma pequena fração dos 1 bilhão de veículos de passeio mundo afora.

O cenário de maior avanço desse tipo de veículo proposto pela BP aconteceria como resultado de sanções à venda de carros movidos à combustão interna em todo o mundo. Nesse cenário, chegaria-se a 1 bilhão de carros movidos à eletricidade e 1 bilhão por combustíveis líquidos.

"A previsão de que o carro elétrico vai matar a indústria de petróleo não se sustenta na matemática", disse Spencer Dale, economista-chefe da BP em evento para jornalistas no qual a pesquisa foi apresentada em São Paulo.

No cenário principal apresentado pela companhia, mais conservador, o número de carros elétricos chegará a 15% da frota, mas por conta de sua maior intensidade de uso em relação aos carros movidos a combustível líquido, representará 30% dos quilômetros percorridos por veículos de passageiros.

A BP espera que a demanda por energia cresça entre 20% e 30% até 2040. Esse aumento será puxado principalmente pelos países em desenvolvimento, majoritariamente na Ásia, explica Dale.

Isso acontece porque nessas regiões acontecerão as maiores migrações de pessoas das classes mais baixas de renda para a classe média.

Essa mudança de faixa de renda leva a transformações no perfil de consumo que implicam mais gasto de energia, incluindo compra de aparelhos eletroeletrônicos.

Já nos países desenvolvidos, o crescimento econômico, que tende a aumentar a demanda de energia, terá seu efeito sobre o setor equilibrado por ganhos de eficiência energética.

Dale diz acreditar que a maior parte do crescimento da oferta de energia virá de fontes renováveis, em especial energia eólica, solar e bioenergia.

As fontes renováveis deverão crescer cinco vezes no período e ter sua participação na produção de energia elevada de seus 3% atuais para 14%. O avanço virá do ganho de competitividade das tecnologias usadas na produção a partir dessas fontes.

BMW mostra carro sujo e novo jipão de luxo no Salão do Automóvel de Los Angeles

29/11/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 28-11-2018)

O BMW X5 chegou imundo ao Salão do Automóvel de Los Angeles. O utilitário de luxo saiu da fábrica de Spartanburg, na Carolina do Sul, onde é montado, e cruzou os Estados Unidos até chegar à Califórnia para a exibição.

Em seu discurso, Bernhard Kuhnt, presidente da BMW nos EUA, destacou os empregos gerados pela produção no país. A linha de produção da empresa alemã na Carolina do Sul é a maior da marca no mundo.

Nesta semana, Donald Trump disse estar decepcionado com a GM, que anunciou cortes em suas fábricas americanas. O novo X5 começa agora a ser vendido nos EUA. No Brasil, a estreia será no primeiro trimestre de 2019.

A BMW exhibe também o novo utilitário grande X7, outro modelo já confirmado para o Brasil. Será o SUV mais caro da montadora, e deverá custar mais de R\$ 500 mil no mercado nacional.

O carro estreia com quatro diferentes opções de motorização, duas a gasolina e duas a diesel. Todos são equipados com câmbio automático de oito velocidades.

A tração é integral, com diferentes modos para condução no asfalto ou em trechos off-road. Há três fileiras de assentos, com sete lugares no total. Os bancos embutidos no porta-malas são individuais. As vendas do X7 no Brasil devem começar no segundo semestre de 2019.

Volvo monta estande sem carros no Salão do Automóvel de Los Angeles

29/11/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 28-11-2018)

A uma hora do início das apresentações das montadoras no Salão do Automóvel de Los Angeles, os carros já estavam em suas posições, exceto no estande da Volvo.

A marca opta por exibir uma instalação de madeira no centro de seu espaço, que forma a frase "This is not car" ("isso não é um carro"). O movimento maior no local acontece na parte que serve água e café aos visitantes. Há também um simulador de realidade virtual com quatro assentos, que tenta mostrar como é viajar a bordo de um carro autônomo.



Há ainda espaço para parceiros em serviços de compartilhamento e entrega de mercadorias. Caixas de Amazon estão dispostas como banquinhos e há tablets para acessar informações sobre as empresas.

O objetivo da Volvo, segundo Marten Levenstam, chefe na área de produtos da montadora, é não falar de um carro conceito, mas sobre o conceito de um carro.

Em nota, Hakan Samuelsson, presidente da Volvo Cars, explica que a empresa quer falar sobre o momento de transição no mundo da mobilidade, que busca novas soluções.

Resta saber como o público reagirá ao espaço da montadora sueca –o salão será aberto aos visitantes nesta sexta (30). Por enquanto, o estande é usado como ponto de parada dos jornalistas que cobrem o evento, aproveitando as mesas e o café disponíveis.

Kombi do futuro é exibida ao lado de antiga no Salão do Automóvel de Los Angeles

29/11/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 28-11-2018)



A Kombi do futuro aparece em versão furgão, para transporte de cargas, no Salão do Automóvel de Los Angeles. Seu nome é ID Buzz Cargo.

A pintura em duas cores, azul e branco, remete à primeira geração do modelo da Volkswagen, que chegou ao Brasil nos anos 1950 e ganhou o apelido de "corujinha".

O conceito exibido pela montadora alemã tem motor elétrico e 5 metros de comprimento. O acesso ao compartimento de carga é feito pelas portas traseiras ou pela lateral, da mesma forma como ocorre no modelo antigo.

A Volkswagen exibe a van futurista ao lado de um modelo antigo. As semelhanças estão nas proporções e nos vincos laterais. A nova tem até uma janela na coluna A (frontal), que lembra o quebra-vento do modelo antigo.

A montadora prevê que a nova Kombi elétrica chegará ao mercado em 2022, a começar pela Europa.

Toyota apresenta nova geração do Corolla no Salão de Los Angeles

29/11/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 28-11-2018)

A nova geração do sedã Corolla é o destaque da Toyota no Salão do Automóvel de Los Angeles. O carro chegará ao Brasil entre 2020 e 2021.

O modelo exibido no palco principal da marca é híbrido: o motor a gasolina trabalha em conjunto com outro, elétrico, para reduzir as emissões de poluentes e CO² (gás carbônico).

O Corolla tem uma nova plataforma, a mesma do também híbrido Prius. A mudança amplia o espaço para as pernas de quem viaja no banco de trás. Contudo, o passageiro que vai no meio não tem o mesmo conforto dos que estão nas pontas.

Uma das versões apresentadas, a XSE, tem teto solar com abertura elétrica e estilo mais esportivo. Seu motor é um novo 2.0 a gasolina com cerca de 170 cavalos de potência e injeção direta de gasolina.

O painel tem agora uma tela sensível ao toque colocada em posição elevada, tendência na indústria. No geral, o carro está menos senhoril que antes, para atrair consumidores jovens.

O modelo apresentado em Los Angeles é um pouco diferente do que será produzido no Brasil. O Corolla nacional terá mais detalhes cromados e uma proposta mais luxuosa.

A versão híbrida também deverá chegar ao mercado nacional, embora a Toyota ainda não tenha confirmado seu lançamento. Quando chegar, será movida a eletricidade, etanol e gasolina.

Lincoln apresenta utilitário de alto luxo no Salão do Automóvel de Los Angeles

29/11/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 28-11-2018)

Antes de as marcas alemãs dominarem o mercado de utilitários de alto luxo, quem comandava o segmento eram os americanos. Uma das principais de jipões nos Estados Unidos é a Lincoln, divisão mais sofisticada do grupo Ford.

A marca apresenta o novo Aviator no Salão do Automóvel de Los Angeles, um SUV repleto de couro e cromados que não cabe em qualquer garagem. O carro é exibido em um estande com luzes mais suaves e garçons servindo espumante e chocolate meio amargo. O carro foi revelado ao som de música clássica tocada ao vivo.

A ambição de criar um ambiente refinado contrasta com o corpanzil com mais de cinco metros e peso superior a duas toneladas do Aviator.

Seu estilo está mais para a algazarra de crianças distribuídas por seus assentos individuais -há espaço suficiente para sete ocupantes e mais alguma bagagem.



Segundo a Lincoln, o sistema de som do novo utilitário tem efeito 3D.

As portas podem ser abertas via smartphone. Se o telefone estiver pareado ao carro, também é possível dar a partida sem ter de carregar a chave. O motor 3.0 V6 tem turbo e é movido a gasolina. A potência chega a 450 cv. Haverá também opção híbrida, com um motor elétrico adicional que poderá ser recarregado na tomada.

Preço de comercialização do diesel permite fim de subsídio, diz associação

29/11/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Governo deixaria de gastar R\$ 1,5 bilhão se antecipasse fim da medida, segundo entidade

Os preços de venda do diesel em todas as regiões do país estão mais baixos do que o valor internacional de referência, o que permitiria antecipar o fim do subsídio, de acordo com dados da Abicom, associação dos importadores.

O decreto do programa implementado após a paralisação dos caminhoneiros prevê que a subvenção termina no dia 31 de dezembro, mas esse prazo pode ser revisto caso as condições permitam.

Se o governo adiantasse o fim em um mês, deixaria de gastar R\$ 1,5 bilhão com pagamentos ao consumo do combustível, segundo Sérgio Araújo, presidente da entidade.

A cotação do dólar e a do barril do petróleo, ambos em queda, aproximaram os valores de referência e comercialização, afirma ele.



Posto de gasolina na rodovia Ayrton Senna, na zona norte de São Paulo - Adriano Vizoni - 31.mai.18/Folhapress

“O benefício poderia acabar agora, os consumidores já pagam um preço que não prescinde de subvenção. Os agentes ligados à venda do diesel estavam na expectativa do encerramento.” Os importadores têm receio de uma possível alta abrupta nos preços das bombas nos primeiros meses de 2019.

“Pode ser que no começo do novo governo o dólar e o barril de petróleo não estejam tão baixos, e o programa terá terminado. Seria um início de ano com um aumento grande de preços.” A Fazenda chegou a criar um escalonamento para o fim do benefício a partir de outubro, mas a Casa Civil considerou que era necessário seguir com os subsídios.

Membros do ministério conversam com a equipe de transição sobre a continuidade até o fim de dezembro ou um término antecipado.

Para executivo da BP, RenovaBio melhora ambiente de negócios

29/11/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Programa de biocombustíveis tem como meta dobrar o uso de etanol até 2030

A nova política brasileira para impulsionar o uso de biocombustíveis, RenovaBio, melhorou o panorama para a produção de etanol e deve atrair novos investimentos em fábricas, disse o presidente-executivo da BP para biocombustíveis, Mario Lindenhayn, nesta quarta-feira (28).

O governo continua progredindo com as legislações complementares para o RenovaBio, que deve entrar em vigor em 2020, disse Lindenhayn, acrescentando que ele não vê sinais de que o futuro governo do presidente eleito, Jair Bolsonaro, imponha obstáculos.

"Essa é uma sinalização importante que o país está proporcionando, criando, um ambiente regulatório estável que permitirá que as empresas invistam", disse.

O RenovaBio determinará que as distribuidoras de combustíveis aumentem paulatinamente o volume vendido de biocombustível ano após ano.

O programa tem como meta dobrar o uso de etanol até 2030, ante 26 bilhões de litros por ano atualmente. Também visa aumentar a comercialização de outros biocombustíveis, como o biodiesel.

A britânica BP mantém três unidades de etanol e açúcar no Brasil, processando cerca de 10 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por ano. No ano passado, criou uma joint venture com a Copersucar, líder global de vendas de etanol, para operar um dos maiores terminais de combustíveis do país, em Paulínia, no interior de São Paulo.

Nissan foge de perguntas sobre Ghosn no Salão do Automóvel de Los Angeles

29/11/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 28-11-2018)

Chefes da montadora evitam falar sobre executivo no primeiro evento após escândalo

O estande da Nissan é um dos mais movimentados do Salão do Automóvel de Los Angeles. Jornalistas transitam em busca de executivos e emissoras de TV fazem gravações. Contudo, não são os carros que atraem a atenção.

É o primeiro grande evento da montadora após a prisão de Carlos Ghosn em Tóquio por suspeita de fraude fiscal.

O executivo, que deixou a presidência da marca em 2017 e agora foi destituído do posto de presidente do conselho, esteve presente na maioria das apresentações da empresa desde o início dos anos 2000.

O principal destaque da marca japonesa no evento é a nova geração do sedã Maxima, que é um dos carros mais vendidos nos EUA. A apresentação começa pontualmente às 13h45 em Los Angeles (19h45 no horário de Brasília). O primeiro a entrar no palco é Dan Mohnke, vice-presidente de vendas da Nissan nos EUA.

Ele fala sobre os sistemas inteligentes da montadora, focada no desenvolvimento de veículos elétricos e em tecnologias que melhoram a segurança.

Em seguida, são revelados o novo Maxima e o utilitário de luxo Murano. A multidão de jornalistas presente no estande mantém o silêncio enquanto assistentes retiram os panos que cobrem os carros. O tema do evento é a situação de Ghosn, embora a apresentação da Nissan aconteça como se nada estivesse ocorrendo.

Dan destaca os resultados positivos obtidos pela marca em avaliações de associações de consumidores nos EUA. Fala também das tecnologias dos novos carros, equipados com 10 airbags.

A frase "Made in America" é projetada no telão, para reforçar que os automóveis são produzidos no Tennessee.

Alfonso Albaisa entra no palco, ele é o vice-presidente de design da Nissan. O executivo fala do interior do carro, encerra a apresentação e chama os jornalistas para subirem no tablado e verem os automóveis de perto.

Hiroto Saikawa, presidente global da marca japonesa e sucessor de Ghosn, não comparece ao evento, apesar de dois dos principais carros da marca no mercado norte-americano estarem sendo apresentados.

As atenções se voltam para Dan Mohnke. Assessores pedem que as perguntas sejam sobre os carros. Contudo, o primeiro questionamento é sobre a situação da Nissan após a prisão do executivo que conduziu a reconstrução da empresa no início dos anos 2000 e que passou de herói a vilão nas últimas semanas.

Dan tenta desconversar sobre o caso Carlos Ghosn. Sorri, reforça que deseja falar sobre Maxima e Murano. Na segunda pergunta referente ao tema, o executivo continua a falar sobre os carros e logo depois deixa o palco.

Grupo BMW recebe certificação por usar energia renovável

29/11/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 28-11-2018)



Consumo de energia na fábrica de carros (acima) e na de motos é compensado por fonte renovável. Eletricidade consumida no País para montar carros e motos é compensada por complexo eólico na Bahia

As fábricas do **Grupo BMW** em Araquari (SC, automóveis) e Manaus (AM, motos) obtiveram **certificação** I-REC por utilizarem energia proveniente de fontes renováveis, o que promove a

redução de emissões de gás carbônico, um dos responsáveis pela formação do efeito estufa e do aquecimento global.

O I-REC é um instrumento de compensação do consumo de energia elétrica de fontes que emitem CO₂. Desde o início deste ano, a energia utilizada nas fábricas de Araquari e Manaus é proporcionalmente compensada pela geração do Complexo Eólico de Morrinhos, em Campo Formoso (BA).

No ano passado, toda a energia consumida pelas fábricas do Grupo BMW na Europa partiu de fontes renováveis e a empresa pretende que as demais unidades pelo mundo sigam esse exemplo até 2020. Sendo assim, o departamento de operações no Brasil iniciou também em 2017 um trabalho de pesquisa das opções técnicas para atingir esse objetivo.

Após a validação do estudo foi firmado um contrato para emissão dos certificados de energia renovável a fim de cobrir o consumo das fábricas brasileiras entre janeiro de 2018 e dezembro de 2020 sob a chancela do Instituto Totum, emissor local das I-RECs no Brasil.

"Essa conquista é estratégica, pois reflete de forma prática a aplicação de ações globais de combate às mudanças climáticas no Brasil", afirma a diretora de relações governamentais do Grupo BMW, Gleide Souza.

Os RECs funcionam como um sistema global de rastreamento de atributos ambientais de energia. O objetivo é facilitar a contabilidade confiável do carbono. Cada REC equivale a 1 megawatt/hora. Ter a certificação permite afirmar que a energia utilizada é compensada por uma fonte renovável.

Autopeças acumulam déficit de US\$ 5,2 bilhões até outubro

29/11/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 28-11-2018)



Importação de componentes cresceu 11,1% por causa do aumento na produção de veículos

A **balança comercial** de **autopeças** atingiu déficit de US\$ 5,2 bilhões no acumulado de janeiro a outubro de 2018. O valor é 15,5% mais alto que o registrado no mesmo período do ano passado. As exportações somaram US\$ 6,6 bilhões, 8% a mais na comparação interanual, mas as importações continuam puxadas pela produção automotiva e totalizaram US\$ 11,8 bilhões, valor 11,1% mais alto que o anotado nos mesmos dez meses de 2017. Os números são do Sindipeças, entidade que reúne fabricantes do setor.

Parte do déficit decorre da retração na Argentina, principal destino dos componentes nacionais. O envio de US\$ 1,8 bilhão em autopeças ao país vizinho resultou em queda de 4,2% ante os mesmos meses do ano passado. Os Estados Unidos permanecem no segundo lugar no acumulado do ano, com US\$ 1,2 bilhão, mas a crise no país vizinho permitiu que os embarques aos EUA em outubro superassem os da Argentina pelo segundo mês consecutivo.

No caminho oposto, a China permanece como o principal fornecedor de autopeças para o Brasil, seguida de perto pela Alemanha. O país asiático enviou ao Brasil US\$ 1,54 bilhão em componentes, 19% a mais na comparação interanual.

A Alemanha forneceu nestes dez meses US\$ 1,45 bilhão em autopeças, um aumento de 31,3% que decorre sobretudo do crescimento da produção de caminhões e automóveis por montadoras

de matriz alemã. O terceiro maior fornecedor de autopeças ao Brasil são os Estados Unidos, que seguem de perto a Alemanha com US\$ 1,33 bilhão no acumulado do ano.

A diferença do primeiro para o segundo e deste para o terceiro é de cerca de US\$ 100 milhões. Para o México (quarto colocado, com US\$ 1,1 bilhão) é de pouco mais de US\$ 200 milhões. O Japão vem colado ao México, com US\$ 1,05 bilhão.

Essas diferenças relativamente pequenas indicam o quanto a indústria automobilística brasileira é atrativa e disputada para diferentes montadoras e fornecedores mundiais.